



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO

CARTA-CONTRATO Nº 16 - TRE-ES/PRE/DG/SAO/COMAP/SC**CONTRATANTE: TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO****CNPJ:****03.910.634/0001-70**

Endereço: Av. João Batista Parra, 575, Praia do Suá, Vitória/ES CEP 29.052-123

CONTRATADA: SILVIO MANCUSI EPP (EXPERT SYSTEM) CNPJ: 06.185.990/0001-66Endereço: Av. Cidade Jardim, 427, conjunto 64, Jardim Europa, São Paulo/SP, 01.453-000 Tel/fax: (11) 3077-0800 *email:* contato@expertsystem.com.br**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

Serviço de suporte técnico e upgrade do VOLARE (série VOL-11405) na versão VOLARE 22 ou superior, manutenção e atualização das bases de dados do SINAPI e IOPEs e demais bases de dados do pacote de licitação, interpretador BIM compatível com o software Revit da Autodesk e atualização de preços por 12 meses do TCPO (praça de Vitória/ES) para 02 (dois) usuários (01 licença e 01 cópia adicional).

§1º. Fundamento Legal

A presente contratação tem fundamento legal na Lei nº 8.666/93, sendo inexigível a licitação nos termos do seu art. 25, *caput*, ratificada em 18/10/2022 e dar-se-á sob regime de execução indireta - EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL e obedecerá ao estipulado neste instrumento, no Termo de Referência que embasou a contratação e na proposta apresentada pela Contratada em 12/09/2022.

§2º. Da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais

a) As partes obrigam-se a cumprir o disposto na Lei nº 13.709/2018 em relação aos dados pessoais a que venham ter acesso em decorrência da execução contratual, comprometendo-se a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações – em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis – repassadas em decorrência da execução contratual, sendo vedada a transferência, a transmissão, a comunicação ou qualquer outra forma de repasse das informações a terceiros, salvo as decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do instrumento contratual.

b) É vedada às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual, para finalidade distinta da contida no objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

c) A Contratada fica obrigada a comunicar ao Contratante, em até 24 (vinte e quatro) horas, a contar da ciência do ocorrido, qualquer incidente de segurança aos dados pessoais repassados em decorrência desta contratação e a adotar as providências dispostas no art. 48 da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.

d) As partes obrigam-se a proceder, ao término do prazo de vigência, à eliminação dos dados pessoais a que venham ter acesso em decorrência da execução contratual, ressalvados os casos em que a manutenção dos dados por período superior decorra de obrigação legal.

§3º. Da Comunicação entre Contratante e Contratada

a) Toda e qualquer documentação relativa à contratação deverá ser encaminhada à outra parte, prioritariamente, através de correio eletrônico.

a.1) O Contratante poderá, a seu critério, solicitar a apresentação de documento original ou cópia autenticada para verificação da autenticidade dos documentos enviados por correio eletrônico.

b) A comunicação será considerada recebida após a confirmação de entrega automática encaminhada pelo Outlook, independentemente de confirmação de recebimento por parte da Contratada, ficando sob sua responsabilidade a verificação da conta de e-mail.

c) As partes se obrigam a informar o endereço eletrônico de contato em até 05 (cinco) dias úteis após a assinatura do instrumento contratual, caso não tenha sido informação previamente.

§3º. Especificação Técnica

a) Disponibilização de assistência técnica on-line aos usuários do software, através de telefone e por mensagens eletrônicas;

b) Acesso à instalação de todas as atualizações de versão do programa lançadas durante o prazo de vigência do serviço de suporte técnico;

c) Suporte on-line nas atualizações das bases de dados e dos preços do SINAPI e demais bases disponibilizadas;

d) Atualização mensal dos preços da base de dados da TCPO (praça de Vitória/ES) durante a vigência da contratação.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

A vigência deste contrato será de 12 (doze) meses, **com início em 01/12/2022 e término em 30/11/2023.**

CLÁUSULA TERCEIRA- DOS ENCARGOS DO CONTRATANTE

a) Promover, por intermédio do fiscal contratual, o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, nos aspectos quantitativos e qualitativos, incluindo:

a.1) anotação das falhas detectadas e demais ocorrências;

a.2) comunicação formal de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da Contratada;

b) Encaminhar formalmente a demanda, preferencialmente por meio de Ordem de Serviço ou de Fornecimento de Bens, de acordo com os critérios estabelecidos neste instrumento;

c) Efetuar o pagamento à Contratada, de acordo com as condições de preços e prazo estabelecidas neste instrumento.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

a) Proceder à assinatura digital do instrumento contratual em até 03 (três) dias úteis após a sua disponibilização no ambiente SEI do TRE/ES;

b) Prestar os serviços conforme as especificações previstas neste instrumento;

c) Indicar, formalmente, preposto apto a representá-la junto ao Contratante, que deverá responder pela fiel execução do contrato;

d) Atender prontamente a quaisquer orientações e exigências do gestor do contrato, inerentes à execução do objeto contratual;

e) Reparar quaisquer danos diretamente causados ao Contratante ou a terceiros por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da relação contratual;

f) Propiciar todos os meios e facilidades necessárias à fiscalização da Solução de Tecnologia da Informação pelo Contratante;

g) Manter, quando especificada e durante a execução do Contrato, equipe técnica composta por profissionais devidamente habilitados, treinados e qualificados para fornecimento da Solução de Tecnologia da Informação;

h) Informar os dados do seu domicílio bancário (banco, agência e conta) para o correspondente pagamento, bem como, se é optante pelo Simples Nacional;

h.1) Caso não apresente a informação de opção pelo Simples, os impostos e contribuições poderão ser devidamente retidos ao Tesouro Nacional;

i) Comunicar ao tribunal qualquer alteração no quadro societário e/ou no quadro de empregados que contrarie as disposições da Resolução CNJ nº 07/2005 e alterações posteriores;

j) Manter durante a execução desta contratação todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação.

CLÁUSULA QUINTA - DO PREÇO E DO PAGAMENTO

O Contratante pagará à Contratada pela execução do objeto, em uma única parcela, o valor total de **R\$ 13.806,46** (treze mil oitocentos e seis reais e quarenta e seis centavos), mediante depósito bancário em conta corrente, até o 5º (quinto) dia útil seguinte ao atesto do documento fiscal pelo servidor responsável, obedecida a ordem cronológica de exigibilidade, nos termos do art. 5º da Lei 8 666/93, sendo:

Item	DESCRIÇÃO	Qt.	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
01	Serviço de suporte técnico e upgrade do VOLARE (série VOL-11405) na versão VOLARE 22 PRO ou superior para 02 (dois) usuários (01 licença e 01 cópia adicional)	1	Anuidade	R\$ 7.292,46	R\$ 7.292,46
02	Atualização de preços por 12 meses do TCPO (praça de Vitória-ES) para 02 (dois) usuários (01 licença e 01 cópia adicional)	1	Praça	R\$ 2.394,00	R\$ 2.394,00
03	Manutenção e atualização das bases de dados do SINAPI para 02 (dois) usuários (01 licença e 01 cópia adicional)	1	Anuidade	R\$ 960,00	R\$ 960,00
04	Manutenção e atualização das bases de dados do IOPEs para 02 (dois) usuários (01 licença e 01 cópia adicional)	1	Anuidade	R\$ 1.200,00	R\$ 1.200,00
05	Interpretador BIM compatível com o software Revit da Autodesk para 02 (dois) usuários (01 licença e 01 cópia adicional)	2	Anuidade	R\$ 980,00	R\$ 1.960,00
VALOR TOTAL					R\$ 13.806,46

§1º. O pagamento, mediante a emissão de qualquer modalidade de ordem bancária, será realizado desde que a Contratada efetue a cobrança de forma a permitir o cumprimento das exigências legais, principalmente, no que se refere a retenções tributárias.

§2º. Havendo erro no documento fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, aquele será devolvido à Contratada pelo gestor da contratação e o pagamento ficará pendente até que o mesmo providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação.

§3º. A empresa optante pelo SIMPLES, para usufruir da isenção da retenção de tributos e contribuições estabelecida pela IN SRF nº 1234/2012, deverá apresentar declaração ORIGINAL (01) via na forma do Anexo IV daquela instrução normativa, JUNTO COM A NOTA FISCAL. CÓPIA NÃO É VÁLIDA.

§4º. A declaração de que trata o parágrafo anterior poderá ser apresentada por meio eletrônico, com a utilização de certificação digital disponibilizada pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP Brasil), desde que no documento eletrônico arquivado pela fonte pagadora conste a assinatura digital do representante legal e respectiva data da assinatura.

§5º. Não haverá reajustamento de preços.

CLÁUSULA SEXTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A despesa decorrente da presente contratação tem adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual – LOA, bem como se encontra em compatibilidade com o Plano Plurianual – PPA 2020/2023 e a Lei de Diretrizes Orçamentária – LDO e correrá à conta de recursos específicos, consignados no Orçamento deste Tribunal Regional Eleitoral:

Ação: 02.122.0033.20GP.0032 - Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral no Estado do Espírito Santo

Natureza da Despesa: 339040 – Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica
Empenho n ° 2022NE000401 de 20/10/2022.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PENALIDADES

Em conformidade com as disposições previstas na Lei nº 8.666/93, pelo descumprimento das obrigações decorrentes do presente instrumento, a Contratada ficará sujeita às seguintes sanções:

a) Pelo atraso injustificado na entrega e/ou na substituição do objeto, a Contratada sujeitar-se-á ao pagamento de multa diária correspondente a **0,5% (meio por cento)** sobre o valor do objeto, até o 20º (vigésimo) dia útil de atraso, podendo atingir o percentual de **10% (dez por cento)**, em cada uma das ocorrências – entrega ou substituição;

a.1) como substituição deve ser entendida qualquer correção que se faça necessária no objeto entregue, antes do seu aceite definitivo, seja a troca de parte ou de todo o material/equipamento entregue;

b) Pela inexecução total ou parcial do objeto, a Contratada sujeitar-se-á ao pagamento de multa correspondente a **30% (trinta por cento)** sobre o valor do objeto inexecutado;

c) Pelo descumprimento de qualquer outra obrigação, a Contratada estará sujeita à multa no valor de **0,5% (meio por cento)** por ocorrência, calculada sobre o valor total do contrato;

§1º. O atraso superior a 20 (vinte) dias na entrega do objeto caracterizará a inexecução total da obrigação, suscetível à punição conforme disposto na alínea “b”.

§2º. Excepcionalmente, após esse prazo e desde que haja prévia e expressa autorização da Administração, o objeto poderá ser recebido, em uma única ocorrência, no prazo suplementar de até 20 (vinte) dias, sujeitando-se a Contratada à aplicação de multa diária de 0,5% (meio por cento) sobre o valor do objeto, podendo atingir o percentual de 10% (dez por cento), cumulativa à multa prevista na alínea “a”.

§3º. A solicitação de prorrogação do prazo de entrega ou de substituição, na forma do item anterior, deverá ser sempre por escrito, devendo ser recebida contemporaneamente ao fato que enseja-la.

§4º. As penalidades acima não excluem as demais previstas no art. 87 da Lei nº 8.666/93.

§5º. A aplicação das multas previstas não exime a Contratada de reparar eventuais danos, perdas ou prejuízos que o seu ato punível venha a acarretar à Administração.

§6º. Os valores das multas porventura aplicadas serão descontados dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração à Contratada ou cobrados judicialmente.

§7º. A aplicação das penalidades será precedida da concessão da oportunidade de ampla defesa por parte da Contratada, na forma da Lei nº 9.784/99 (Lei do Processo Administrativo).

§8º. A contagem do prazo estabelecido na alínea “a” inicia-se automaticamente no primeiro dia de atraso na entrega e/ou na substituição do objeto, não havendo necessidade de apresentação de pedido de prorrogação de prazo pela Contratada, exceto nas hipóteses em que a Administração expressamente manifestar seu desinteresse no recebimento extemporâneo do objeto.

§9º. A contagem do prazo estabelecido no §2º inicia-se a partir da data do recebimento, pela Contratada, da comunicação expedida pelo setor competente deste TRE/ES.

§10º. As sanções porventura aplicadas pela Administração serão registradas no SICAF.

§11º. A base de cálculo da penalidade de multa será proporcional à parcela do objeto entregue ou substituído em atraso, desde que, ao final dos prazos previstos neste item, o objeto contratado tenha sido recebido de forma integral pelo Tribunal.

CLÁUSULA OITAVA – DOS RECURSOS E PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO

Da aplicação das penalidades de advertência, multa e suspensão temporária para contratar com a Administração, caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação.

§1º. No caso de declaração de inidoneidade, caberá pedido de reconsideração no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da data da intimação, correndo igual prazo para apreciação do pedido de reconsideração.

§2º. Os recursos e pedidos de reconsideração serão dirigidos ao Excelentíssimo Senhor Desembargador Presidente deste Tribunal, que os decidirá no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO

O inadimplemento das Cláusulas e Condições estabelecidas neste instrumento assegurará aos Contratantes, nos termos do art. 77 e 78, da Lei 8.666/93 e suas alterações, o direito de dá-lo por rescindido, assegurados o contraditório e a ampla defesa em processo administrativo, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

parágrafo único. Em caso de rescisão antecipada do presente instrumento, deverá haver, por parte da Contratada, o ressarcimento do correspondente às prestações não cumpridas, com os valores devidamente atualizados

CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO

Para dirimir questões derivadas desta Carta-contrato fica nomeado o foro da Seção Judiciária da Justiça Federal desta Capital.

E por estar, assim, justo e avençado, depois de lido e achado conforme,
foi o presente instrumento lavrado, assinado e datado eletronicamente pelas partes.

Pelo Contratante: ALVIMAR DIAS NASCIMENTO, CPF nº ***.280.887-**

Pela Contratada: SILVIO MANCUSI, CPF Nº ***.971.848-**

Em 24 de outubro de 2022.



Documento assinado eletronicamente por **ALVIMAR DIAS NASCIMENTO, Diretor Geral**, em 26/10/2022, às 19:34, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **SILVIO MANCUSI, Usuário Externo**, em 03/11/2022, às 14:28, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.tre-es.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0841818** e o código CRC **5180AFC5**.

0003226-09.2021.6.08.8000

0841818v2

Criado por **LETICIA.WERNECK**, versão 2 por **LETICIA.WERNECK** em 24/10/2022 11:45:14.